

Pela Eliminação Imediata da Propina e uma Requalificação do Ensino Superior Público

Hoje a propina é um dos principais obstáculos para a entrada e permanência no ensino superior: é uma fonte de desigualdade entre estudantes e mantém a ideia de um ensino que pode ser adquirido, perpetuando a mercantilização do ensino em si, mas também dos espaços de ensino que usufruímos.

Foi o governo de Aníbal Cavaco Silva que, ao delegar a pasta da educação a Couto dos Santos, rapidamente altera o sistema de propinas, que passa a contemplar o aumento progressivo da propina, dos 6 euros para os 250 euros naquele mesmo ano, chegando rapidamente aos 1000 euros.

A 22 de Agosto de 2003, é promulgada a lei nº37/2003, estabelecendo as bases de financiamento do Ensino Superior, num quadro de relação tripartida entre estudantes, Instituições de Ensino Superior e Estado, decretando que o valor mínimo da propina corresponderá a $\frac{1}{3}$ do salário mínimo nacional. Também nesta lei é referido que “devem as verbas resultantes da comparticipação nos custos por parte dos estudantes reverter para o acréscimo de qualidade no sistema” contudo, não é isto que se verifica. Entre 2008 e 2017, de acordo com os dados do relatório “Estado da Educação” de 2017, as receitas anuais com as propinas cresceram quase 72 milhões de euros e estas passaram a financiar o Orçamento do Ensino Superior Público em 24% – verificando-se um aumento de cerca de 10% em menos de 10 anos. Concluimos que a propina não está a ser utilizada para melhorar o Ensino Superior, mas sim para o financiar, desresponsabilizando o Estado do seu papel, sendo por isso uma afronta a sua intenção inicial e é um motivo de vergonha para um país que diz procurar uma educação livre e democrática. Num cenário pandémico, foram vários os estudantes que tiveram de largar os estudos, de entrar num mercado de trabalho precário que agrava, também, a sua saúde mental. A propina é um fardo insustentável para milhares de famílias e estudantes que viram parte dos seus rendimentos cortados devido às consequências económicas da covid-19. Como socialistas, temos a responsabilidade de garantir que o Ensino é um direito para todos e todas, independentemente dos seus contextos sócio-económicos. Para tal, necessitamos de abolir o muro da propina. Sabemos que a eliminação da propina e, portanto, a democratização do Ensino Superior, custaria ao Estado apenas 330 milhões – uma escolha política que nos cabe a nós tomar.

Como tal este moção tem como objectivos:

1. A eliminação imediata das propinas, taxas e emolumentos;
2. O aumento da verba para o Ensino Superior no Orçamento de Estado;
3. Investimento público em infra-estruturas nas universidades;